

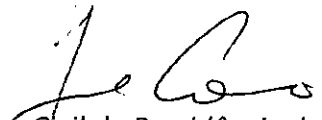
**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES, INSTITUÍDA  
NOS TERMOS DA LEI nº 12.527/2011 E DO DECRETO nº 7.724/2012.**

**ATA nº 006**

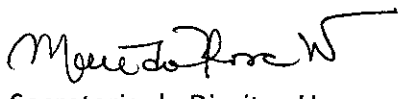
Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às 9 horas e 30 minutos, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, instituída nos termos do § 1º do art. 35 da Lei nº 12.527, de 2011 (LAI), e do Decreto nº. 7.724, de 2012, reuniu-se ordinariamente na Casa Civil da Presidência da República, localizada no Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes, 4º andar, Brasília - DF, com a presença do representante da Casa Civil da Presidência da República, Ivo da Motta Azevedo Correa, que a presidiu; do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União Jorge Hage Sobrinho; da Ministra de Estado Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Gen. José Elito Carvalho Siqueira; da representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Barbuda Fernandes; da representante do Ministério da Justiça, Márcia Pelegrini Chaves; do representante da Advocacia-Geral da União, Fernando Luiz Albuquerque Faria; do representante do Ministério das Relações Exteriores, João Pedro Costa; do representante do Ministério da Defesa, Ari Matos Cardoso; e assessores. Pauta da Reunião: (i) Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; (ii) Análise dos recursos recebidos pela Secretaria Executiva da Comissão; e, (iii) outros assuntos. Iniciados os trabalhos, ocorreram as seguintes deliberações: (1) O senhor Ivo da Motta Azevedo Correa agradeceu a presença de todos e fez a leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada, em seus termos, por todos os presentes; (2) em seguida, foram analisados e decididos os seguintes recursos: NUP 23480.015772/2012-38, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, não conhecer do recurso com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0028/2013; NUP 08850.001701/2012-17, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0029/2013; NUP 00075.001203/2012-91, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0030/2013; NUP 18600.000995/2012-57, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0031/2013; NUP 25820.000858/2012-93, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0032/2012; NUP 53850.001178/2012-75, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0033/2012; NUP 99901.000561/2012-64, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do recurso e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0034/2012; NUP 99901.000653/2013-44, a Comissão decidiu, por unanimidade dos presentes, conhecer do

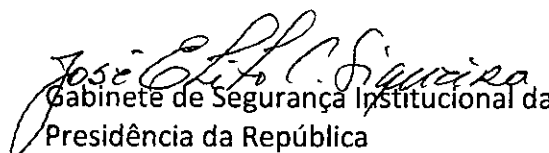


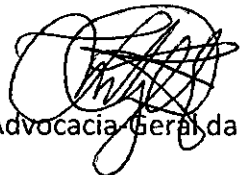
recurso e no mérito não lhe dar provimento com fundamento nas razões consignadas na decisão nº 0035/2012. A Secretaria Executiva da Comissão deverá cientificar o recorrente, a Controladoria-Geral da União - CGU e o órgão ou entidade recorrida, das decisões prolatadas. Os NUPs 00077.000511/2012-80; 00077.000583/2012-27; 53850.001224/2012-36; 60502.000775/2012-06; 99902.001506/2012-81; e 16853.006766/2012-49 serão analisados na próxima reunião. A seguir, sem mais assuntos, a reunião foi encerrada.


  
Casa Civil da Presidência da República  
Presidente

  
Ministério das Relações Exteriores

  
Secretaria de Direitos Humanos da  
Presidência da República

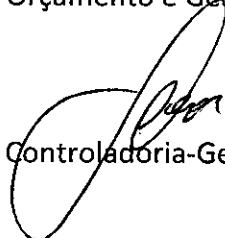
  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

  
Advocacia Geral da União

  
Ministério da Justiça

  
Ministério da Defesa

  
Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

  
Controladoria-Geral da União